

*Dossiê***Esse não é mais um artigo sobre crise da democracia: análise comparativa de diagnósticos de crise pós-2016**DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.3.1>** Gabriel Vieira Terenzi**

Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) com bolsa CAPES/CNPq e pesquisa desenvolvida na linha de pesquisa Função Política do Direito e Teorias da Constituição. Mestre em Ciência Jurídica pela mesma instituição. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Toledo (UniTledo) de Araçatuba - SP. Professor do curso de Direito e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Toledo (Unitoledo Wyden) de Araçatuba - SP.

E-mail: gabrielvterenzi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2333-8808>

 Letícia Scheidt Gregianin

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com Bolsa CAPES/PROSUC - mod. I. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: leticiasgregianin@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0782-5545>

 Fernando de Brito Alves

Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE / Bauru-SP. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração e graduado em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, é especialista em "História e historiografia: sociedade e cultura" pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Atualmente é Assessor Jurídico da UENP, Editor da Revista Argumenta, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Jurídica (2014-2022). Realizou estágio de pós-doutorado no Ius Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Visiting researcher na Universidad de Murcia.

E-mail: fernandobrito@uenp.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8917-4717>

RESUMO: Diante da crescente preocupação com a qualidade e o futuro das democracias contemporâneas, a produção acadêmica internacional tem se dedicado cada vez mais ao tema da crise democrática. Nesse contexto, surge um interesse considerável em analisar e comparar os diversos diagnósticos propostos por diferentes autores sobre esse fenômeno. Este artigo propõe uma análise comparativa dos diagnósticos de crise democrática elaborados por Adam Przeworski, Chris Thornhill, David Runciman, Larry Diamond e Manuel Castells, especialmente após os eventos de 2016. O objetivo é identificar e comparar as abordagens desses autores, buscando padrões e divergências. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, utilizando uma abordagem qualitativa. Os resultados indicam que, embora haja consenso sobre a existência de uma crise, as causas e soluções propostas variam consideravelmente, refletindo as distintas tradições democráticas de cada autor. Conclui-se que a crise da democracia é multifacetada, influenciada por fatores como o populismo, o desgaste das instituições e a polarização política.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da democracia; Definições; Diagnósticos; Indicadores; Análise comparativa.

Recebido em: 16/07/2023

Aprovado em: 04/02/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

O vocábulo “crise democrática” tornou-se virtualmente inescapável quando analisada qualquer produção acadêmica ou mesmo voltada ao público leigo sobre a democracia em geral. Tem se acumulado obras de natureza variada que abordam de maneira central ou incidental a ideia de uma crise “da” ou “na” democracia: a ideia de que “algo não está como deveria ser” nos modelos de organização social e política; ao ponto de que esse diagnóstico, de maneira mais ou menos alarmante é incontornável em qualquer publicação periódica especializada e ocupa os títulos de alguns dos mais consagrados autores e autoras do tema.

Em primeiro lugar, essa denúncia generalizada tem conteúdo menos palpável do que seria de esperar dada a prevalência do vocábulo, isso porque há uma inegável dificuldade em ser definida de maneira concreta a sua estrutura conceitual. É já sabida a dificuldade que envolve a conceituação da própria democracia, e, por obviedade, a constatação de que esse sistema estaria em pane depende da avaliação de determinados indicadores, decorrentes do seu conceito. Equivale a dizer: abordagens distintas sobre o que caracteriza a democracia em si conduzirão a diagnósticos distintos a respeito do seu (mau) funcionamento.

15

Mesmo que se deixe de lado esse obstáculo conceitual estrutural e apriorístico, o fenômeno ainda parece, sob diferentes óticas, não fornecer uma compreensão segura. Afinal, “crise”, em descrição semântica, pode ser caracterizada como um período de conjuntura problemática ou um momento conflituoso (Crise, 2023), e essa definição implica em questionar: se a democracia está em crise, o que caracterizaria ou teria caracterizado seus momentos de funcionamento adequado?

De fato, de acordo com a consagrada percepção de Koselleck (1999), há uma inescapável conexão intrínseca e pressuposta entre crítica e crise, o que significa que a abordagem heurística da crise contém, em si, uma crítica. Em outras palavras, denunciar a crise no modelo democrático vigente implica, ainda que inconscientemente, em uma crítica a determinados aspectos desse modelo, a partir de determinados parâmetros referenciais que embasam essa conclusão.

Ocorre que a denúncia de crise pode ser encontrada, de modo geral, em abordagens oriundas de tradições democráticas bastante diversificadas, desde adeptos de um modelo liberal preocupados com os índices de apoio e comparecimento, tal como Yascha Mounk (2018); a defensores de uma democracia substancial e verdadeiramente participativa que denunciam o sucesso de líderes autoritários e o desrespeito às deliberações populares como Luis Felipe Miguel (2022); passando inclusive por conservadores e anticomunistas sobressaltados pela atuação de Donald Trump, tal como a jornalista Anne Applebaum (2020). Em suma, os parâmetros referenciais que indicam a crise/crítica são menos óbvios do que podem parecer.

Com efeito, a avaliação geral das incontáveis denúncias de crise, ao menos à primeira vista, não fornece, seguramente, um conceito definitivo de qual seriam os fundamentos essenciais que justificam a conclusão pela sua existência, nem seus elementos substanciais, tais como seu início, responsáveis, e possíveis formas de mitigação ou superação. Além da mencionada prevalência de títulos que tratam

dessa noção de crise, há de se considerar a extensão temporal das referidas denúncias desde o célebre relatório à comissão trilateral que cunhou a expressão “crise da democracia” (1975), justificando a presente investigação.

O objetivo da pesquisa, nesse sentido, é identificar e analisar se há uma identidade, identidade nos diversos diagnósticos de crise da/na democracia, a partir da análise de diversos autores. O presente trabalho se trata da exposição parcial de análise comparativa entre os referidos diagnósticos de crise, com foco naqueles posteriores a 2016. Por ora, almeja-se promover a comparação entre as recentes abordagens de Adam Przeworski, Chris Thornhill, David Runciman, Larry Diamond e Manuel Castells.

Para tanto, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, classificando-se como exploratória em relação aos objetivos. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento e uma abordagem transversal em relação ao recorte temporal, com a finalidade de viabilizar uma análise comparativa entre os autores selecionados.

Quanto à pesquisa bibliográfica, está se configura como um método de investigação que se baseia na análise de referências teóricas previamente publicadas, presentes em escritos já estabelecidos. De acordo com as observações de Gil, uma considerável parcela dos estudos exploratórios pode ser categorizada como pesquisa bibliográfica. É importante salientar que, ao contrário da pesquisa documental, que se utiliza de documentos ainda não analisados, a pesquisa bibliográfica se concentra em materiais já consolidados (Gil, 2007).

Outrossim, as fontes bibliográficas empregadas neste estudo são predominantemente livros, uma vez que, como destaca Gil, “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência” (Gil, 2007, p. 44).

Considerando-se que o presente trabalho integra um projeto de pesquisa mais amplo, que almeja estender a análise comparativa a outras obras, a escolha dos autores ora investigados se deu de maneira assumidamente arbitrária, tendo sido selecionados no universo amostral cinco dos trabalhos mais relevantes a respeito da ideia de “crise da democracia”. A definição do lapso temporal considerou a relevância das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América e do referendo do *Brexit*, ambos ocorridos em 2016, uma vez que estes eventos foram identificados por diversos dos autores como momentos-chave para a análise do tema em questão.

O problema de pesquisa, nesse ínterim, pode ser definido como: é possível estabelecer paralelos entre os diagnósticos de crise da democracia nas perspectivas dos mencionados autores? Em caso positivo, quais suas semelhanças e distinções entre seus respectivos diagnósticos e como isso afeta a percepção de crise democrática?

Desse modo, tomando como base a pesquisa bibliográfica, a estrutura deste trabalho se desenvolve em três etapas. Primeiramente, busca-se identificar as informações e dados presentes no

material. Em seguida, estabelecem-se relações entre essas informações e dados, relacionando-os ao problema proposto.

Assim, em um primeiro momento, serão expostos os diagnósticos oriundos daqueles trabalhos, e, em seguida, promover-se-á a identificação dos seguintes elementos: nomenclatura dispensada ao fenômeno de crise; método adotado pelo autor; descrição ou conceito; culpados pelo fenômeno; momento histórico de seu início; indicadores empíricos; solução para a crise; e o papel ocupado pelo “populismo” e pelos partidos políticos - elementos esses que serão oportunamente justificados e delimitados.

As referidas categorias de análise foram adotadas de maneira assumidamente arbitrária pelo presente trabalho, a partir do conjunto de elementos abordados de forma mais ou menos explícita por cada obra, já que caso se optasse por uma definição prévia isso afetaria o propósito de reunir de maneira comparativa os diferentes diagnósticos.

O primeiro e o segundo tópicos, outrossim, apresentarão o resultado da investigação e o terceiro promoverá sua discussão. Com base na identificação desses elementos, espera-se extrair conclusões comparativas a respeito dos diferentes diagnósticos e da implicação dessa comparação aos temas de interesse na agenda de pesquisa em crise da democracia.

17

Por fim, almeja-se, em continuidade, complementar a investigação comparativa com textos diversificados, tais como os de Nancy Bermeo (2003), Chantal Mouffe (2015), Levitsky e Ziblatt (2018), dentre outros. Espera-se, por sua vez, que trabalhos futuros aprofundem a presente investigação a partir dos elementos ora analisados, podendo expandir o universo amostral de autoras e autores, obras, e período analisado; e até mesmo a relação desses fenômenos com tendências de interesse jurídico, como o processo “desconstituinte”.

2 Crises nos diagnósticos de crise da democracia

Como mencionado, o presente tópico anseia por abordar as distintas avaliações de crise democrática, traçando-se suas principais descrições, em relação às obras selecionadas. Dentre os autores que serão mencionados, a descrição de seu diagnóstico é conscientemente limitada, pela própria natureza comparativa.

Afinal, a descrição minuciosa de aspectos muito amplos de cada um dos autores, e mesmo a associação dos seus respectivos diagnósticos de crise democrática com outras linhas de suas obras, escaparia aos propósitos do presente trabalho. No entanto, não impede que pesquisas futuras relacionem as contribuições deste texto com autores aqui não citados ou com outros aspectos de suas obras.

O primeiro autor abordado, Adam Przeworski, parece ter sistematizado grande parte das compreensões sobre crises da democracia (e sobre as razões para que esse diagnóstico seja tratado com ceticismo) em sua obra homônima (2020), a primeira a ser analisada pela presente investigação.

Naquele trabalho, destaca que o veredicto a respeito da crise dependerá, incontornavelmente, da forma de democracia adotada:

O problema de acrescentar adjetivos à definição de democracia é que nem todas as coisas boas precisam estar juntas. Quanto mais características — “eleitoral”, “liberal”, “constitucional”, “representativa”, “social” — acrescentarmos, maior será o checklist, e mais crises iremos descobrir. [...] Se for verdade que as eleições só são competitivas se os direitos forem observados e a lei impere, então tomar uma dessas características como definidora, e tratar as outras como “precondições”, é coextensivo a democracia liberal (Przeworski, 2020, p. 12).

Diante da necessidade dessa delimitação, Przeworski (2020) acata uma concepção minimalista e eleitoral do processo democrático, que, aos moldes do que fariam Schumpeter e Bobbio, associa esse sistema a um procedimento regrado no qual a população é capaz de apontar os seus governantes. Trata-se de uma conceituação que opõe democracia, simplesmente, às formas de organização nas quais não existem regras de limitação do poder ou procedimentos pré-estabelecidos para tomada de decisões coletivas (Alves, 2014, p. 28).

18

A sua posição a respeito do conceito de crise, por sua vez, parte da conhecida máxima de Gramsci de que o velho estaria morrendo e o novo seria incapaz de nascer. Em suas palavras, a crise estaria presente quando a situação atual das instituições democráticas fosse insustentável, mas estas continuassem funcionando: “situações em que a condição sob as instituições vigentes é uma espécie de desastre: nenhuma mudança ocorre, mas poderia acontecer” (Przeworski, 2020, p. 14).

O método adotado por Przeworski para verificar a ocorrência das referidas crises é o de avaliar períodos históricos nos quais regimes democráticos “consolidados” entraram em colapso, de modo a investigar se haveria sinais comuns prévios a essas debilidades, e, conseqüentemente, avaliar se esses sinais podem ser perceptíveis atualmente como prenúncio de um novo possível colapso.

Apesar desse método ser reconhecido como limitado, na medida em que não necessariamente as referidas condições determinarão definitivamente os resultados, o autor também identifica determinados sinais potenciais de que atualmente estaríamos em crise: “1) o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais; 2) o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e, finalmente, 3) o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública” (Przeworski, 2020, p. 44-47).

Segundo Przeworski (2020), o fato de os partidos (e de seu arranjo) estarem sofrendo uma violenta modificação; o sucesso eleitoral de agremiações e candidatos populistas, com gramática antissistema e anti-elite; inclusive abertamente xenofóbicos; e o diminuto apoio em enquetes e *surveys* à ideia de que seria essencial viver em uma democracia, comporiam com segurança um cenário de potencial crise. Ao mesmo tempo, o próprio autor destaca que determinadas dessas condições podem ser inéditas, tais como o grau de deterioração partidária e o papel desempenhado por novas tecnologias; enquanto outros sinais seriam historicamente perceptíveis em momentos de crise, como a polarização (Przeworski, 2020, p. 73-75).

Em relação ao fenômeno da crise em si, Przeworski resume tratar-se de um “fracasso” das instituições em estruturar, absorver e regular os conflitos conforme as regras pré-estabelecidas, mas descreve de maneira bastante abrangente o que caracterizaria esse conceito:

As eleições fracassam como mecanismo de processar conflitos quando seus resultados não têm consequência na vida das pessoas, ou quando os governantes abusam de suas vantagens a ponto de tornarem os pleitos não competitivos. Uma vez eleitos, os governos precisam governar, mas não podem ignorar as opiniões de minorias aguerridas. Quando os conflitos são intensos e a sociedade está altamente polarizada, encontrar medidas que sejam aceitas por todas as grandes forças políticas é difícil e talvez impossível [...] Encontrar o ponto de equilíbrio entre concessão e repressão é uma escolha delicada (Przeworski, 2020, p. 88).

Sem uma clara correlação, o autor descreve como “retrocesso democrático sub-reptício” um processo de desgaste gradual das instituições e das normas da democracia (Przeworski, 2020, p. 89). Essa prática, motivada por uma intenção autoritária que o autor considera inerente a qualquer governo, voltada a acumular poder e eliminar obstáculos, seria posta em prática por meio da fragilização da oposição e das instituições. Para Przeworski, esse fenômeno se associa a uma insatisfação generalizada com o modelo democrático, que deriva parcialmente de questões inerentes à decisão coletiva, e, portanto, é considerado como inerente aos déficits do sistema representativo.

19

Nesse sentido, finalmente, em termos de solução, o autor destaca a necessidade de encarar o caráter aristocrático das eleições, conforme nomeado por Bernard Manin (2002). Isto é, a noção de que as votações em sistemas representativos, tradicionalmente, sempre se prestaram à manutenção do *status quo*, se revelando freios liberais àquela participação popular majoritária que era considerada potencialmente ameaçadora.

Mas Przeworski (2020) se revela abertamente pessimista e sem respostas concretas ao fenômeno de deterioração gradual das democracias. De acordo com o autor, ainda que os déficits representativos sejam enfrentados, promovendo eleições “mais fidedignas”, as características inerentemente críticas permanecem, provenientes de problemas econômicos e sociais, fazendo com que conclua pela ausência de um alarmante risco de imediata catástrofe na maior parte dos países democraticamente consolidados, mas, ao mesmo tempo para um enfraquecimento democrático dificilmente reversível.

Abordagem completamente distinta é adotada por Chris Thornhill (2021). A avaliação de crise do autor em *Crise democrática e direito constitucional global* é elaborada a partir de uma análise dos sistemas constitucionais democráticos ao redor do mundo. A proposta na obra analisada é a de oferecer uma explicação sociológica das razões pelas quais regimes democráticos contemporâneos possuem uma propensão a caírem no populismo:

Este livro busca reconstruir as crises democráticas contemporâneas, mostrando como os princípios normativos que moldam a teoria democrática e constitucional são reflexos de forças e pressões sociais profundas. Neste sentido, ele expande as ideias desenvolvidas no

contexto da história conceitual e utiliza aspectos da sociologia sistêmica que ajudam a ilustrar como as ideias normativas são formadas por processos de evolução social, os quais, por sua vez, elas ajudam a criar (Thornhill, 2021, p. 29).

Partindo dessas relações sociológicas, o autor trabalha a formação do *status* de cidadania e sua consolidação por estruturas nacionais, especialmente aquelas de natureza militar, bem como os impactos oriundos da globalização constitucional (2021). Em relação ao método, a obra busca explicar a crise democrática identificando primeiramente conjunturas normativas e institucionais comuns no sustento de sistemas políticos democráticos em diferentes partes do globo; para, a partir de uma perspectiva histórica (da gênese desses institutos) “isolar e explicar as tendências generalizadas ou isomórficas da sociedade global que apoiam a consolidação da democracia” (Thornhill, 2021, p. 27).

A partir desse método, o autor alcança uma compreensão complexa de crise da democracia, a qual não se configura propriamente com determinados institutos democráticos sendo malsucedidos, mas sim com a tendência de uma performance global das democracias constitucionais passarem a adotar uma versão populista. Trata-se de uma “hibridização”, que mistura elementos autoritários a essas democracias constitucionais, tornando tênue a sua diferenciação com os autoritarismos (Thornhill, 2021, p. 289-303).

20

Essa análise é realizada pelo autor de modo histórico, ou seja, com a verificação dos elementos sociológicos que determinam as contradições constitucionais responsáveis por essa guinada. Por esse motivo, também se torna complexo apontar quando foi “o início” desse fenômeno. De modo geral Thornhill reconhece na ascensão do populismo, a partir dos anos 80, uma disputa que rivaliza com a tendência de até então de adoção das democracias constitucionais, mas as raízes desse movimento se encontrariam na própria origem das democracias modernas, especialmente nos padrões de diferenciação e problemas normativos na conceituação de democracia (Thornhill, 2021).

Nesse mesmo sentido, “populismo”, para Thornhill, apresenta-se como um sinônimo do que os demais autores e autoras comumente tratam como “crise da democracia”, ou ainda “crise de integração” (Thornhill, 2021, p. 27). Tratar-se-ia de um movimento não necessariamente alheio à democracia, mas que, quase sempre, uma vez implementado, levaria à deterioração de institutos democráticos.

Seus indicadores empíricos, portanto, se encontram no elevado número de estados que cedem a essa forma de governo. Mais especificamente, populismo designando uma “reação às antinomias constitucionais causadas pela democracia” (Thornhill, 2021, p. 301) seria uma resposta à desconexão legitimatória do constitucionalismo, oriunda do fato de que para “acomodar” a democracia, a gramática do constitucionalismo é forçada a reduzi-la e desvirtuá-la, mobilizando concepções fictícias de cidadania.

O enfrentamento do fenômeno, para Thornhill, depende de uma explicação da legitimidade da democracia a partir de termos sociologicamente reflexivos, identificando este como um sistema de integração, cujos conceitos são oriundos de reflexões arraigadas nas sociedades, que não

necessariamente correspondem a simples “sujeitos soberanos”, mas a múltiplos lugares e processos, “alguns normativos e alguns funcionais” (Thornhill, 2021, p. 335). Trata-se de uma modificação no paradigma de como são pensadas as estruturas das democracias constitucionais por uma abordagem sociológica da sua legitimidade.

Já David Runciman se aproxima do método de Przeworski, no sentido de promover uma análise comparativa de determinados momentos históricos e os relaciona com situações atuais, especialmente dos Estados Unidos trumpista em seu *Como a democracia chega ao fim* (2018): o texto é estruturado em torno das ideias de golpe de estado (seus riscos atuais); das calamidades que podem impactar a democracia (alternativas que parecem mais sutis do que os mencionados golpes); e dos impactos oriundos da tecnologia da informação. Por meio desse caminho, o autor espera avaliar os impactos dessas ideias ao sistema democrático para, enfim, perguntar “onde pode dar a ideia da democracia?” (Runciman, 2018, p. 11).

Para o autor, o conceito de crise da democracia é exposto assumidamente de maneira cômica como uma crise de meia-idade:

Quando um homem infeliz de meia-idade cede ao impulso de comprar uma motocicleta, o perigo pode ser grande. Se ele for um sujeito de pouca sorte, tudo pode acabar numa bola de fogo. [...] a democracia dos Estados Unidos está vivendo sua crise da meia-idade. Donald Trump é a motocicleta. E tudo ainda pode acabar numa bola de fogo. O mais provável, porém, é que a crise continue e requeira alguma outra solução, se é que existe solução para ela (Runciman, 2018, p. 9).

21

A partir dessa analogia, o texto avalia (2018) as razões pelas quais os regimes democráticos podem adotar determinadas posturas potencialmente arriscadas e de que forma esses fenômenos podem ser superados. O conceito de crise ou de “desconfiança democrática” não é definido por Runciman, nem o ponto cronológico de seu início, mas a mesma analogia é adotada para apontar que diversos regimes, com o decorrer de seu prolongamento histórico, passam ou podem passar por desafios associados a essa crise de meia-idade, e que a etapa de maturação do respectivo regime influencia tais déficits e o modo como cada sociedade lida com eles. Não obstante, a crise econômica (e especialmente seus impactos à democracia grega) são destacados como um ponto de partida (Runciman, 2018).

Nesse sentido, o texto não elenca especificamente os “culpados” pela crise, nem mesmo aqueles sujeitos que se associam aos períodos críticos de desconfiança, tratando esse movimento quase como inerente a regimes que se prolongam. No entanto, aborda o populismo como fenômeno crucial que se aproveita de tais momentos, marcados por crise econômica, mudança tecnológica, desigualdade crescente e ausência de guerra:

Isso é inteiramente característico de um período em que o populismo começou a dominar a política democrática. A ideia básica por trás do populismo, de esquerda ou de direita, é que

a democracia foi roubada do povo pelas elites. Para que seja recuperada, as elites precisam ser expulsas das suas tocas, onde escondem suas verdadeiras intenções por trás de um suposto apego à democracia. A teoria da conspiração é a lógica do populismo (Runciman, 2018, p. 60-61).

Para Runciman, o crescente apoio a teorias conspiratórias, aliado aos baixos índices de desempenho econômico, são indicativos da prevalência da lógica populista, lógica essa “culpada” pela crise na medida em que se aproveita da desconfiança democrática para aprofundar a lógica de rompimento. O autor reconhece a dificuldade de lidar com essa lógica, na medida em que seria necessário demonstrar a falsidade das teorias de conspiração ou seu acerto (Runciman, 2018, p. 61-62), o que é evidentemente difícil e não garante necessariamente um convencimento por parte dos seus adeptos: “Não tenho nada a sugerir. Se o *“solucionismo”* é parte do problema, simplesmente propor soluções não será a maneira de corrigir nada” (Runciman, 2018, p. 198).

Os EUA também são o foco da análise de Larry Diamond, que na obra *III Winds* (2019) promove uma análise comparativa do que nomeia de recessão democrática como um fenômeno global, relacionado ao declínio da democracia estadunidense e impulsionado pelas influências autoritárias russa e chinesa. Embora o livro não descreva propriamente um método, a partir da identificação da postura desses dois países, Diamond anseia construir respostas democráticas nacionais e internacionais de proteção ou aprimoramento dos valores liberais.

O conceito de recessão é, em Diamond, oriundo de uma análise empírica de índices de qualidade democrática. A partir da ideia de ondas de democratização de Samuel Huntington (1993), o autor identifica que após três décadas de avanço e uma de impasse, a década atual seria uma de retrocesso do número de países que gozam de “liberdade” (Diamond, 2019, p. 19):

Era virtualmente inevitável que a rápida marcha da democracia durante os anos 80 e 90 iria ao menos diminuir a velocidade. Por volta dos anos 2000, a maior parte dos países com condições econômicas, sociais e geográficas favoráveis já a haviam adotado. E ao menos alguns países que haviam se tornado democráticos sob condições desfavoráveis - de pobreza, conflito étnico e legados totalitários - pareciam prováveis de retornar. Mas com a única superpotência mundial, os Estados Unidos, unindo-se à Europa na promoção da democracia, e com a democracia triunfando como a única forma legítima de governo no encerramento da guerra fria, não parecia haver razão para presumir que uma terceira onda reversa era inevitável (Diamond, 2019, p. 55, tradução livre¹).

¹ No original: “It was virtually inevitable that democracy’s rapid march during the 1980s and ’90s would at least slow. By 2000, most of the countries with favorable economic, social, and geographic conditions for democracy had already adopted it. And at least some countries that became democratic under unfavorable conditions—of poverty, ethnic conflict, and totalitarian legacies—seemed likely to slip back. But with the world’s sole superpower, the United States, joining with Europe in promoting democracy, and with democracy riding high as the only legitimate form of government in the aftermath of the Cold War, there seemed no reason to presume that a third reverse wave was inevitable”.

Para Diamond, essa onda de valores iliberais vem se intensificando desde 2006, o ano em que houve o ápice numérico de democracias. Tal movimento promoveria o aprofundamento do autoritarismo internacional e das respostas xenofóbicas à imigração, mas especialmente revitalizaria um autoritarismo latente em diversos países ocidentais, sendo, para o autor, o governo de Donald Trump o ápice da “depreciação” democrática, que pôs em efeito tantas medidas de enfraquecimento dos controles liberais que haveria um risco eminente de colapso (Diamond, 2019).

Nesse sentido, de fato essa crise seria influenciada por contradições no funcionamento das democracias liberais, mas o autor destaca a guinada dos EUA durante Trump como uma causa de enfraquecimento das aspirações de construção democrática ao redor do mundo (Diamond, 2019), e, especialmente, a atuação daqueles Estados considerados polos do autoritarismo: Rússia e China.

Em suma, são destacadas (Diamond, 2019, p. 19-21) a polarização, a lógica das redes sociais, o aprofundamento da distinção moral entre os adeptos de cada partido político, a prática de *gerrymandering* e outras influências eleitorais abusivas, o *lobby* descontrolado, a burocracia, corrupção e a cleptocracia como estruturas pervertidas nas democracias liberais que precisam ser aprimoradas como solução para a crise democrática. Mais ainda, de modo geral, o autor defende haver a necessidade de uma atuação de indivíduos que “defendam” valores liberais.

23

Mas além dessas reformas em países democráticos, como, por exemplo, a abolição do colégio eleitoral nos EUA ou o combate à polarização por meio da adoção de uma forma de voto ranqueado²; para Diamond os regimes russo e chinês são também grandes responsáveis pela recessão, não somente por fornecerem um “exemplo” de autocracias influentes política e economicamente, mas em razão do seu apoio implícito e explícito ao autoritarismo (Diamond, 2019, p. 238-240).

Segundo o autor (que manifesta um certo maniqueísmo até assumido, certamente não moral, mas axiológico, na oposição entre o modelo liberal e o iliberal), a Rússia sob Putin promove táticas de desinformação, propaganda, e suborno, de modo a incentivar a desestabilização de estados opositores (Diamond, 2019, p. 109-113), sendo o maior exemplo a interferência nas eleições estadunidenses de 2016 contra os democratas. Trata-se daquilo que Christopher Walker e Jessica Ludwig (2017) chamam de “*sharp power*” ou poder afiado, em oposição ao “*soft power*”.

Para Diamond, o caso chinês é ainda mais elaborado, na medida em que para o autor o país asiático se vale dos benefícios dos regimes liberais para promover uma espécie de competição desleal: em ambientes econômicos, filantrópicos, midiáticos, concorrenciais e acadêmicos, os laços chineses seriam estabelecidos a partir de oportunidades oriundas do modelo democrático, mas com intenções de dominação autoritária, e aprofundamento hegemônico, enquanto o regime chinês em si se tornaria mais repressivo e rígido (Diamond, 2019, p. 118-126). Em ambos os casos, a militarização dos regimes é destacada como ameaça.

Em razão dessas constatações, Diamond (2019) compreende a necessidade de uma “política externa para a democracia” e a adoção de práticas de proteção de valores liberais no ambiente digital.

² A respeito do tema, o trabalho “Eleição por voto ranqueado” (Terenzi; Alves, 2023).

As duas medidas, segundo o autor, dependem do combate à complacência estadunidense e da postura (exacerbada desde Trump) em favor de um isolacionismo: votar e apoiar uma política de apoio a aliados e movimentos democráticos internacionais, e de consolidação de ideais de liberdade.

Manuel Castells, finalmente, parte daquilo que se poderia nomear de uma “tradição” democrática distinta (“menos liberal”) em seu *Ruptura* (2018), mas o foco da análise também foi desenvolvido com base no governo de Donald Trump. A partir de determinados dados empíricos, o autor constrói de maneira “descritiva” argumentos a respeito do que considera uma “crise de legitimidade política” (Castells, 2018, p. 09) da democracia liberal. Para o autor, essa crise se constituiria pelo rompimento do vínculo subjetivo entre o que os cidadãos almejam e as ações daqueles eleitos, o que ocasionaria um sentimento generalizado de baixa representação, uma ruptura, portanto, entre representantes e representados.

Os fenômenos culpados pela crise seriam resultantes da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente, tais como a globalização da comunicação e da economia, que fazem com que os Estados-nação percam sua capacidade de controle político territorial; crises financeiras, que exacerbam a corrupção e cinismo desses mesmos Estados; violação de direitos humanos; polarização, crises climáticas; e aumento descontrolado da desigualdade (Castells, 2018, p. 17-25); sendo ainda os fenômenos permeados por uma “política do escândalo” midiática.

24

Em essência, sua raiz seria a crise econômica financeira de 2008, compreendida como uma crise do modelo de produção capitalista (Castells, 2018): a crise política se apresentaria como consequência de uma impotência democrática em lidar com a estrutura capitalista global, cuja resposta por parte dos sistemas representativos nacionais seria a um só tempo insuficiente e prejudicial. Insuficiente, pois incapaz de lidar com a rede financeira global, se afastando, portanto, da própria nação; e prejudicial por exacerbar a fratura de interesses entre uma elite representativa e de setores sociais desvalorizados cuja maneira de organização e manifestação cultural deixou de ser possível na política liberal.

Não à toa, os dados empíricos que integram o compêndio estatístico de fontes apontadas por Castells (2018) são, em sua maioria, indicadores oriundos de pesquisas que tratam da confiança nas instituições: partidos políticos, parlamento, tribunal constitucional, banco central, União Europeia, imprensa, etc.

Embora os efeitos da política do escândalo sobre políticos específicos sejam indeterminados, tal política gera um efeito secundário que é devastador: o de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade. [...] Ainda que o principal efeito dessa cacofonia político-informativa seja o questionamento de tudo aquilo que não podemos verificar pessoalmente. O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe. O círculo se fecha sobre si mesmo. Enquanto isso, procuramos às cegas uma saída que nos devolva aquela democracia mítica que pode ter existido em algum lugar, em algum tempo (Castells, 2018, p. 28).

A obra, por sua vez, abertamente afirma não apresentar soluções (2018). As conclusões de Castells integram um campo reflexivo e especulativo, que compreende que o momento atual, embora crítico, é ao mesmo tempo, de oportunidade: um claro-escuro caótico, no qual podem surgir maneiras de revolucionar as instituições não nessas próprias estruturas, mas nos cidadãos, a partir de projetos embrionários a serem (re)construídos social e politicamente de baixo para cima (Castells, 2018, p. 147-148).

3 Relação comparativa entre os elementos dos diagnósticos de crise da democracia

A partir das informações descritas no tópico anterior, foram elaborados quadros comparativos entre os diagnósticos dos mencionados autores. As tabelas a seguir apresentam tentativas de obter, a partir do universo amostral selecionado (reitere-se: as obras daqueles autores que tratam de uma suposta crise democrática, publicadas após 2016) respostas que preencham determinados elementos comuns aos diagnósticos, a fim de que, posteriormente, possam ser elaboradas considerações comparativas.

25 Acolheram-se como relevantes à análise comparativa que espera ser promovida a respeito dos diagnósticos de crise os seguintes elementos: título das obras analisadas; nomenclatura dispensada ao fenômeno de crise; método adotado pelo autor a fim de expor suas considerações sobre a crise; descrição ou conceito da referida crise; culpados pelo fenômeno; momento histórico de seu início; indicadores empíricos; solução para a crise; e o papel ocupado pelo “populismo” e pelos partidos políticos.

Por óbvio, acomodar a compreensão de cada um dos autores em determinadas categorias não pode ser considerada uma classificação absoluta. De fato, é possível haver discordância a respeito da conclusão sobre como se enquadraria um determinado elemento ou aspecto da abordagem de cada autor. Ao mesmo tempo, o objetivo foi justamente de encontrar, em cada um dos diagnósticos, as informações que preenchessem os respectivos elementos adotados pelo trabalho.

Em relação ao método, adotou-se aquele autodeclarado pelo autor na obra, e, nos casos em que este não foi exposto, elaborou-se uma descrição do método a partir do quanto pôde ser extraído da proposta dos textos. O mesmo vale para o conceito de crise e os seus culpados. Já em relação ao momento histórico, é de se notar que o ponto de início se trata de uma aproximação, e não necessariamente de uma definição temporal precisa e conclusiva.

Finalmente, o papel ocupado pelo populismo e pelos partidos políticos foi destacado em razão do fato de que estes temas integram frequentemente a gramática de crise da democracia em parte significativa das abordagens sobre o tema, antes e depois de 2016, convertendo-se em uma espécie de “bodes expiatórios” nessa discussão. Assim, a análise comparativa também a respeito destes pode contribuir para considerações e trabalhos futuros.

Quadro 1 - Relação comparativa entre os diagnósticos de crise

Autor	Adam Przeworski	Chris Thornhill	David Runciman	Larry Diamond	Manuel Castells
Obra	Crises da democracia (2020).	Crise democrática e direito constitucional global (2021).	Como a democracia chega ao fim (2018).	Ill winds: Saving democracy from russian rage, chinese ambition, and american complacency (2019).	Ruptura: a crise da democracia liberal (2018).
Título	Crise ou fracasso da democracia (2020, p. 88). Trata ainda da desconsolidação ou retrocesso democrático (2020, p. 89) - fenômeno de desgaste gradual de instituições e normas da democracia, sem especificar a relação entre ambos.	Populismo (2021) - utilizado como sinônimo do que os outros autores nomeiam de crise. "Crise de integração" (2021, p. 303).	"Crise de meia idade" (2018, p. 24).	Recessão democrática (2019).	"Crise de legitimidade política" (2018). "Ruptura" (2018, p. 7). "Crise da democracia liberal" (2018, p. 9).

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

Como já se mencionou, adotaram-se, no presente momento, obras posteriores a 2016. Alguns dos autores ora expostos possuem mais de uma obra nesse universo amostral, podendo-se citar *In search of democracy* de Larry Diamond (2016) e *Why bother with elections?* de Przeworski (2018), sendo que nestes casos a análise, por ora, limitou-se à obra mais recente.

Quadro 2 - Método utilizado para diagnosticar a crise e conceito de crise adotado

Autor	Adam Przeworski	Chris Thornhill	David Runciman	Larry Diamond	Manuel Castells
Método adotado	Analisa as situações passadas em que ocorreram colapsos democráticos para identificar os seus sinais, verificando se estes se repetem atualmente (2020, p. 28).	Busca explicar a crise democrática identificando conjunturas normativas e institucionais que sustentam sistemas de democracia em diferentes países. (2021, p. 27).	Não há propriamente um método descrito pelo autor: apresenta descrições passadas e presentes e relaciona com suas ideias de crise democrática (2018).	Não há propriamente um método descrito pelo autor: apresenta o que identifica como influências autoritárias chinesa e russa e as relaciona com déficits nos modelos de países democráticos para construir	"Método descritivo", apresenta argumentos e teorias, os descreve, e por fim apresenta elementos empíricos e exemplos (2018).

				respostas nacionais e internacionais de valores liberais (2021).	
Conceito	Quebra de compromisso entre os sujeitos da democracia, com intensificação do autoritarismo (2020, p. 88). Já o fenômeno de retrocesso é descrito como “desgaste gradual das instituições e das normas da democracia” (2020, p. 89).	Desconexão entre a concepção subjetiva da democracia e a realidade integradora na qual suas práticas adquirem efeito (2021, p. 300).	O autor não descreve um conceito preciso de desconfiança democrática, apenas aponta fatores que contribuem para a existência desse fenômeno, o qual é capturado pelo populismo.	Perigo para a democracia nos EUA e no mundo em razão do retrocesso da liberdade (2019, p. 19).	Rompimento do vínculo subjetivo entre o que os cidadãos querem e as ações daqueles eleitos, ou seja, sentimento de que os atores do sistema político não representam os eleitores (2018, p. 11).

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

27

É de se notar que parte das análises não possuem um método, ou, ao menos, não promovem sua enunciação específica. Embora se possa argumentar em alguns casos que essa omissão se justifica em razão do público visado pela obra, não se tratando necessariamente de trabalhos “acadêmicos”, isso implica em uma dificuldade de comparar as abordagens de cada autor.

No mesmo sentido, nem sequer um conceito concreto é adotado por todos os autores comparados, na medida em que parte das descrições para tratar mais do contexto ou dos desdobramentos do fenômeno do que a respeito da sua definição. Em qualquer dos casos, trata-se de conceitos bastante variados, inclusive de natureza distinta e com pouca distinção entre causas e consequências.

Quadro 3 - Sujeitos ou fenômenos “culpados” pela crise da democracia e momento cronológico em que a crise se iniciou

Autor	Adam Przeworski	Chris Thornhill	David Runciman	Larry Diamond	Manuel Castells
Culpados pela crise	Fenômeno quase natural, inerente aqueles que assumem o poder. Os culpados seriam os que notam esse movimento e	Relacionado às origens da democracia moderna, nos padrões de subjetivação e problemas normativos	Fenômeno quase natural, inerente aos regimes que se prolongam. Populismo responsável por se utilizar desses momentos para	Corrupção política, polarização e declínio das instituições democráticas nos EUA e em outros países (2019, p.	Processos que se reforçam mutuamente, como a globalização, crises financeiras, violação de direitos humanos, crises climáticas, e condições sociais

	deixam de tomar medidas para contê-lo (2020).	criados sobre o conceito de democracia (2021, p. 27).	operar desconfiança (2018), advindo de crises econômicas, mudanças tecnológicas, desigualdade, ausência de guerra, e teorias da conspiração (2018, p. 61-62).	12), associada à atuação dos países autoritários, especialmente Rússia e China (2019).	desiguais (2018, p. 16). Em especial crise do modelo capitalista financeiro (2018, p. 18).
Quando começou	Diversos ciclos históricos. Os sinais do atual variam, mas se intensificam, de modo geral, a partir de 2000 (2020, p. 47-56).	Difícil precisar um período, tendo em vista que se trata de fenômeno relacionado às origens da democracia (2021).	Momentos de “meia-idade” dos regimes, alcançados em diferentes momentos. Contudo o exemplo da crise atual, seria a crise financeira grega de 2008-2010 (2018, p. 32).	Em 2006 teria se iniciado um ciclo de declínio do avanço das democracias, e a partir de 2017 teria se intensificado a sua reversão (2019, p. 55).	Crise econômica de 2008-2010 (2018, p. 18).

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

28

Verifica-se também uma ampla variedade entre os culpados pela crise segundo os diagnósticos de cada autor, desde aqueles associados a uma espécie de naturalidade ou inerência a fenômenos democráticos, até aqueles mais “pontuais”, acontecimentos desviantes do que deveria ser esperado.

Já em relação a sua evolução cronológica, as análises de crise variam entre aquelas que identificam um longo processo oriundo da própria natureza dos sistemas democráticos; as que acreditam que os fenômenos são cíclicos e se repetem, e o atual cenário seria uma crise momentânea, e aquelas análises que propõem a atual crise como um déficit de desempenho, uma anormalidade democrática.

Quadro 4 - Indicadores empíricos da suposta crise e proposta de solução

Autor	Adam Przeworski	Chris Thornhill	David Runciman	Larry Diamond	Manuel Castells
Indício empírico	Desgaste dos partidos políticos tradicionais; avanço da extrema direita; e baixo apoio à democracia nas pesquisas de opinião (2020).	Sucesso de movimentos populistas ou partidos que questionam o sistema democrático (2021, p. 289).	Teorias da conspiração generalizadas como indicadores do populismo (2018, p. 62-65).	Diminuição dos indicadores de liberdades e da quantidade de países democráticos ou da sua qualidade, medidos por índices de	Diminuição dos indicadores em índices e pesquisas de confiança e satisfação política e econômica, (2018).

				avaliação; associados a uma diminuição da eficácia da democracia nos EUA e às posturas autoritárias de Donald Trump (2019, p. 44-100).	
Solução	Necessidade de que as pessoas se importem com a democracia e com os efeitos da sua adoção ou da adoção do autoritarismo (2020, p. 93).	Interpretar conceitos de democracia não como entidades estáticas, mas como construções do processo social. Por exemplo, pontuando que a legitimidade de um sistema emana de múltiplos lugares e processos, alguns normativos e alguns funcionais, e de que a produção de legitimidade não pode ser atribuída a atos simples de sujeitos soberanos, havendo uma necessidade de mudar a concepção das contestações à democracia (2021, p. 335-336).	Autor não almeja apresentar soluções por considerar que o solucionismo é parte do problema (2018, p. 98). A solução para o populismo poderia envolver lidar com as teorias da conspiração, revelando informações ocultas ou comprovando sua falsidade (2018, p. 61-62). Já em relação à crise de meia idade seria necessário “cidadãos ativos” (2018, p. 90).	Resposta global de reafirmação da liderança democrática dos EUA, com novo entendimento desse papel; associada a campanhas de líderes em promover valores, mídias e instituições cívicas democráticas (2019, p. 19). Enfrentar a cleptocracia, o racismo, injustiças do sistema criminal e corrupção dos sistemas financeiro, de campanha eleitoral e de lobby (2019, p. 19-20). Seria ainda papel dos indivíduos formular programas, organizações e estratégias, inclusive em contextos eleitorais (2019, p. 21).	Autor não almeja apresentar soluções. Aponta que “do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições” (2018, p. 123). Possível atual “caos criativo” do qual podem surgir essas alternativas.

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

A variação que vem se observando nos elementos anteriores se repete em relação aos indicadores empíricos apontados como confirmadores da tese de que haveria uma crise democrática: embora haja algumas semelhanças entre os fenômenos descritos, pode se observar uma confusão entre indicadores e culpados, o que, em resumo, indica dificuldade de avaliar causas e consequências entre os fenômenos a partir da abordagem de cada autor. As propostas de solução, por sua vez (quando apresentadas) variam de alternativas concretas, prescritivas, a meras descrições.

Quadro 5 - Papel ocupado na definição de crise pela ideia de “populismo” e pelos “partidos políticos”

Autor	Adam Przeworski	Chris Thornhill	David Runciman	Larry Diamond	Manuel Castells
Populismo	Um dos sinais de que estamos vivendo uma crise (2020).	Não é realmente um movimento anti democrático, mas pode levar a deterioração democrática (2021, p. 289). Reação às antinomias da constituição causadas pela democracia (2021, p. 301).	Fenômeno que captura a desconfiança democrática, através dos métodos já apontados; e serve de combustível para muitas teorias da conspiração (2018, p. 155).	Rota cínica à popularidade, associada aos fenômenos que ameaçam à democracia (2019, p. 63).	Rótulo pejorativo, a partir do ponto de vista do <i>status quo</i> político e midiático, a respeito da rejeição popular às elites quando não são reconhecidos canais institucionais tradicionais para a mudança política (2018, p. 14).
Partidos Políticos	Sua deterioração é sinal de que estar-se-ia vivendo uma crise (2020).	Quando não associados aos movimentos populistas (partidos populistas) são coadjuvantes das antinomias legitimativas da constituição (2021).	Uma das frustrações com relação à democracia atual na sua crise de meia idade, em razão de artificialidade e burocracia, sendo responsáveis por tornar a política mais mecânica e artificial (2018, p. 133).	No sistema Americano, o autor fala que os partidos deixaram principalmente de serem capazes de construir um compromisso, além de cederem e serem lenientes ao Lobby e a cleptocracia (2019).	O autor fala muito pouco sobre partidos políticos de maneira específica, mas associa o seu custeio como um dos responsáveis pela corrupção (2018, p. 21).

Fonte: Elaboração pelos próprios autores.

Também nesses quesitos pode se perceber uma difícil verificação de identidade entre os diagnósticos, na medida em que os mencionados temas variam entre causadores e consequências das crises democráticas.

4 Comparação entre elementos e diagnósticos de crise da democracia: concordamos em discordar?

A princípio, é de se notar a heterogeneidade nas abordagens e conclusões entre os diversos autores e obras analisadas. Se essa variedade já poderia ser esperada a partir das diferentes “tradições” ou concepções democráticas, a comparação mais detalhada a respeito dos elementos destacados no tópico anterior demonstra que nem mesmo há uma correlação concreta dentre os trabalhos que integram linhas teóricas semelhantes, isso para não mencionar a variação entre o grau de “alarmismo” a respeito dos respectivos diagnósticos.

Przeworski, Runciman e Diamond, por exemplo, compartilham, em maior ou menor intensidade, uma concepção liberal de democracia. O primeiro chega a mencionar abertamente que os “adjetivos” que qualificam um regime (tais como democracia participativa, constitucional ou deliberativa) acrescentam uma complexidade que dificultaria sua análise (Przeworski, 2020). Embora essa declaração seja utilizada para justificar uma opção metodológica por uma construção “minimalista” do conceito de democracia, também revela aceitação a um modelo pouco substancial.

31

Castells, por outro lado, tem uma concepção bastante distinta, que não se contenta com a mera competição eleitoral como elemento constitutivo de um regime que se queira democrático - poder-se-ia dizer que Castells segue uma (meta)teoria democrática *deliberativa*, mais dinâmica, preocupada com a justificação legitimativa; enquanto os autores anteriormente citados enquadram-se como *agregadores*, no qual a democracia assume um caráter metodológico, de acordo com a distinção de Fernando de Brito Alves (2013). Thornhill, por sua vez, promove sua análise com pouca preocupação a respeito dessas condicionantes de cada regime, considerando apenas o aspecto normativo (constitucional) da *constituição* dessas democracias estatais com base em uma sociologia global.

Mas as afinidades teóricas a respeito da concepção do modelo não se reproduzem na análise ou categorização similar entre os demais elementos da crise. De fato, como os métodos de análise dessa crise são distintos (sendo que algumas das obras não os especificam), as comparações devem ser avaliadas com parcimônia. Em melhor dizer: conclusões dissonantes entre os autores objeto da presente investigação não podem ser tidas como necessariamente contraditórias, e as conjecturas a respeito dessas comparações deverão ser parciais, já que, por adotarem metodologias distintas, não há como exigir que os autores analisados obtenham resultados semelhantes.

Mas ainda que feita essa ressalva, cada conceito de crise é perceptivelmente distinto: Przeworski, o obtém de indicadores concretos adotados por seus próprios critérios, e assim se assemelha com Diamond e Castells, mas há uma variação entre quais os critérios adotados e sua ótica. Castells, por exemplo, parece se preocupar mais com as expectativas dos representados do que os outros dois autores - possivelmente por não ser adepto de uma teoria minimalista. A semelhança entre os três conceitos é a consideração como relevante do baixo apoio ou confiança na democracia, perceptível em pesquisas de opinião.

Por sua vez, o conceito de crise em Thornhill não contempla esse elemento, nem o faz com intensidade o de Runciman. Ou seja, a afinidade que seria de se esperar entre aqueles integrantes de modelos liberais centrados no procedimento eleitoral (Przeworski, Diamond e Runciman) não se observou em relação ao modo de elaboração do conceito de crise, destoando em relação a esse último autor. A afinidade - nesse elemento - foi observada em Castells, abertamente contrário a uma visão reducionista da democracia.

Ao mesmo tempo, uma análise comparativa do “termo inicial” dissolve a possível afinidade entre os três mencionados autores, já que Przeworski parece considerar as crises como momentos “repetíveis” historicamente a partir de determinadas condições, assim como Diamond as associa a ondas de avanço e retrocesso; mas Castells promove uma denúncia episódica, atual. Quanto aos demais, Runciman corrobora uma sucessão possível de crises, enquanto Thornhill a situa a partir da intensificação das antinomias constitucionais pós-1980.

Mesmo o ponto de partida cronológico é variável: em relação ao ciclo mais recente na análise de cada autor, destaca-se a crise financeira de 2008 em Castells e Runciman (que, destaca-se, não compartilham nem a mesma tradição democrática, nem a mesma estrutura conceitual, nem o mesmo alarmismo). É apontada a primeira década do século XXI (por motivos distintos) em Diamond e Przeworski.

32

Os indicadores empíricos, por sua vez, são também diversos: o populismo interessa a Runciman, a Thornhill e a Przeworski, mas com “protagonismo” completamente distinto: respectivamente, como prova do ambiente de degradação; alternativa diante das antinomias constitucionais; e demonstração da ameaça oriunda do fracasso da capacidade política apaziguadora. Por sua vez, são os índices e pesquisas de opinião que aparecem como protagonistas da comprovação de percepção de crise nas análises de Castells e Diamond.

Do ponto de vista geográfico, Runciman e Diamond têm a mais intensa *especificidade* ao tratarem essencialmente da democracia estadunidense, enquanto Castells compara o cenário dos EUA também com a política espanhola. Przeworski adota dados diversificados, e Thornhill promove uma análise globalmente ampla. Mais uma vez, é curioso, portanto, que origens teóricas e objetos distintos reproduzam uma “sensação” tão similar de crise em tantos sistemas, mas cujos elementos ocupam essa variedade posicional.

Já em relação aos culpados pela crise, Przeworski e Runciman tratam o fenômeno com uma espécie de naturalidade. Thornhill se assemelha por considerá-lo oriundo de contradições inerentes à democracia constitucional. Diamond e Castells se aproximam por abordar elementos bem mais concretos e específicos tais como corrupção, *lobby* e crise financeira como responsáveis pela degeneração.

Quanto à solução para o fenômeno, Runciman e Castells, apesar de suas distintas tradições, compartilham uma abstenção em proposições. Diamond prescreve um conjunto bastante detalhado de propostas, as quais são especialmente centradas em um reposicionamento dos EUA, e Przeworski

concorda apenas com o protagonismo individual. Thornhill, em diversos dos elementos, parece se destacar por sua abordagem mais global e mais sociológica, menos prescritiva.

Finalmente, a tendência de heterogeneidade se repete em relação ao populismo, que é um sinal para Przeworski, uma espécie de sinônimo da crise para Thornhill, o responsável pela mesma em Runciman, um instrumento à disposição dos responsáveis por ela, segundo Diamond, e um rótulo que pode inclusive deslegitimar iniciativas genuínas de acordo com a análise de Castells. Os partidos políticos, alvos comuns de crítica, repetem essa tendência sendo ora identificados como responsáveis (em Thornhill, Runciman e Diamond), ora tendo seu mau funcionamento associado como consequência da crise generalizada (em Przeworski e Castells).

5 Conclusão

Fica evidente nas comparações expostas no tópico anterior a intensa heterogeneidade entre os diversos diagnósticos. Se, por um lado, essa diversidade é compreensível e esperada na medida em que se tratam de análises provenientes de autores oriundos de tradições democráticas muito diferentes, a sua simultânea prevalência cronológica é instigante.

33 Em melhor dizer, justificar a diferença entre os diversos apontamentos sobre crise da democracia simplesmente no reconhecimento de que se tratam de concepções muito distintas de democracia não explica necessariamente porque todos os modelos estariam sendo reconhecidos como em crise, especialmente ao mesmo tempo.

Outro ponto extraído das comparações promovidas no tópico anterior é a forma como determinadas temáticas se encontram presentes em quase todos os diagnósticos, mas ocupando posições variadas. De fato, não se reproduziu uma similaridade esperada entre determinados diagnósticos, nem mesmo em relação a autores que compartilham uma mesma concepção geral de democracia, o que pode ser interpretado como um indício de que pelo menos nesse grupo de autores o problema é tratado de forma mais “intuitiva” do que analítica.

O que se observou, ao contrário, foi a ocorrência de determinados vocábulos similares em posições distintas nos elementos apontados em cada obra. A título de exemplo, embora Diamond se assemelhe a Castells na avaliação de estatísticas de apoio à democracia como indícios na construção de seus respectivos conceitos de crise, os autores se afastam completamente na consideração do papel ocupado pelo populismo.

A presente investigação não almeja oferecer uma resposta às dúvidas que emanam dessas constatações, mas a análise comparativa que se promoveu pode ao menos indicar caminhos frutíferos de indagações futuras. A mencionada prevalência de diagnósticos de crise, inclusive com base em concepções democráticas distintas e geograficamente variadas, pode indicar que essa tendência, caso confirmada, diz respeito a fenômenos mais amplos e ainda não compreendidos, comuns a todas essas tradições ou anteriores a elas.

Uma linha de interpretação a partir dos dados apontados pode conduzir à conclusão de que, em verdade, a democracia não está em crise, e que a ausência de consenso entre tantos diagnósticos confirma ser possível descartar essas considerações alarmantes como pontuais e sem corroboração. Um argumento adicional em favor dessa linha interpretativa é a de que mesmo os diagnósticos que consideram a crise da democracia como um fenômeno atual, deixam de apontar momentos anteriores nos quais seu desempenho foi satisfatório ou pleno.

Ao mesmo tempo, uma parcela dos elementos apontados pelos autores tratados nesta investigação (a despeito da sua heterogeneidade) são inegavelmente inquietantes; o bastante para que uma desconsideração generalizada da ideia de crise seja tida como precipitada. É também inegável que os índices de proteção e de satisfação da dignidade humana, em termos genéricos, encontram-se insuficientes em diversas situações nas dimensões laborais, familiares, afetivas, econômicas, internacionais, e políticas em geral.

Se parte desse baixo desempenho pode ser questionado ou justificado, inclusive com o argumento de que momentos históricos anteriores foram palco de violações ainda maiores nestes eixos, também se torna difícil defender uma compatibilização desse cenário com uma suposta intensa “normalidade” democrática.

34

Aliás, as reivindicações e lutas por reconhecimento, para utilizar a expressão de Axel Honneth, implicam na possibilidade de que determinados patamares, uma vez alcançados, possibilitem a busca pela satisfação de outros valores antes impensados. Sob esta ótica, a “crise” em regimes democráticos poderia não ser advinda necessariamente de uma incompatibilidade atual quando comparada com um período anterior, mas com uma perpétua ampliação dos horizontes ocasionada pela emancipação paulatina e progressiva dos sujeitos democráticos.

Em qualquer dos casos, a noção de crise da democracia, a despeito de sua confusão conceitual, continua a se impor no ambiente de baixo desempenho dos diversos elementos tratados nesta pesquisa. As diferentes abordagens e diagnósticos que vêm sendo investigadas parecem não fornecer uma identidade conceitual dessa crise, embora forneçam propostas relevantes na avaliação de muitos dos elementos destacados.

Uma hipótese é que as diversas concepções de crise venham identificando um determinado fenômeno comum, mas ainda não tenham sido capazes de situar seus elementos acertadamente, o que explicaria o motivo pelo qual determinados vocábulos como crise econômica, globalização, populismo, dentre outros, aparecem em tantos diagnósticos em posições diferentes.

A avaliação dessa e de outras hipóteses depende, evidentemente, de pesquisas futuras. A presente investigação, por sua vez, pretende que a análise comparativa promovida e a sua prevista expansão com outras obras e autores possa destacar relações veladas entre os elementos do que comporia a crise da democracia, e, por conseguinte, contribuir para uma apuração mais precisa de suas causas, estruturas e efeitos.

Por fim, observou-se que, apesar das diferenças nas elaborações sobre o tema, o método adotado pelos autores segue uma linha em comum, todos os autores apresentam situações, conjunturas e eventos passados para posteriormente relacionar com seus conceitos de crise democrática atual. Aponta-se que a fim de alcançar os resultados desejados com maior clareza e objetividade é necessário aprofundar a compreensão dos métodos de pesquisa científica nas obras apresentadas.

6 Referência

ALVES, F. B. **Constituição e participação popular**: A construção histórico-discursiva do conteúdo jurídico-político da democracia como direito fundamental. São Paulo: Juruá, 2013.

ALVES, F. B. **Democracia à portuguesa**: retórica democrática na tradição jurídica lusófona. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

APPLEBAUM, A. **Twilight of Democracy**: The Seductive Lure of Authoritarianism. Nova Iorque: Doubleday, 2020.

35 BERMEJO, N. **Ordinary people in extraordinary times**: The citizenry and the breakdown of democracy. Oxford: Princeton University Press, 2003.

CASTELLS, M. **A crise de legitimidade política**: não nos representam. 2018. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/docs/material_de_apoio_ruptura.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CRISE. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/crise/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CROZIER, M.; HUNTINGTON, S.; WATANUKI, J. **The Crisis of democracy**: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York: New York University Press, 1975.

DIAMOND, L. **III Winds**: Saving democracy from russian rage, chinese ambition, and american complacency. Nova Iorque: Penguin Press, 2019.

DIAMOND, L. **In search of democracy**. Nova Iorque: Routledge, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HUNTINGTON, S. **The third wave**: Democratization in the late twentieth century. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. Nova Iorque: Crown Publishing, 2018.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista**: Impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

36

MOUNK, Y. **The people vs. democracy**: why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, A. **Why bother with elections?**. Cambridge: Polity Press, 2018.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

TERENZI, G. V.; ALVES, F. B. Eleição por voto ranqueado: Fundamentos, constitucionalidade, e desempenho segundo padrões institucionais brasileiros. **Leopoldianum**: revista de estudos e comunicações da Universidade Católica de Santos. v. 49, n. 137, p. 105-129, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1403>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

THORNHILL, C. **Crise democrática e direito constitucional global**. São Paulo: contracorrente, 2021.

WALKER, C.; LUDWIG, J. Introduction: From 'Soft Power' to 'Sharp Power', in CARDENAL, J P, *et al.*, **Sharp Power**: Rising Authoritarian Influence. National Endowment for Democracy, 2017. Disponível em: <www.ned.org/sharp-power-rising-authoritarian-influence-forum-report/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

This is not just another article on the crisis of democracy: a comparative analysis of post-2016 crisis diagnoses

ABSTRACT: Given the growing concern about the quality and future of contemporary democracies, international academic production has increasingly focused on the topic of the democratic crisis. As a result, there has been a considerable interest in analyzing and comparing the different diagnoses proposed by various authors on this phenomenon. This article is part of this context by proposing a comparative analysis of the diagnoses of the democratic crisis elaborated by Adam Przeworski, Chris Thornhill, David Runciman, Larry Diamond and Manuel Castells after the events of 2016. The objective is to identify and compare the authors' approaches to the topic, seeking patterns and divergences. For this, an exploratory bibliographic research was carried out, using a qualitative approach. The results indicate that although there is a consensus on the existence of a crisis, the proposed causes and solutions vary considerably, reflecting the different democratic traditions of each author. It is concluded that the crisis of democracy is multifaceted, influenced by factors such as populism, the wear and tear of institutions and political polarization.

KEYWORDS: crisis of Democracy; Definitions; Diagnoses; Indicators; Comparative Analysis;

37

Este no es otro artículo más sobre la crisis de la democracia: análisis comparativo de diagnósticos de crisis post-2016

RESUMEN: Ante la creciente preocupación por la calidad y el futuro de las democracias contemporáneas, la producción académica internacional se ha centrado cada vez más en el tema de la crisis democrática. Como resultado, ha surgido un interés considerable por analizar y comparar los diferentes diagnósticos propuestos por varios autores sobre este fenómeno. Este artículo se enmarca en este contexto al proponer un análisis comparativo de los diagnósticos de la crisis democrática elaborados por Adam Przeworski, Chris Thornhill, David Runciman, Larry Diamond y Manuel Castells después de los eventos de 2016. El objetivo es identificar y comparar los enfoques de los autores sobre el tema, buscando patrones y divergencias. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica exploratoria, utilizando un enfoque cualitativo. Los resultados indican que, si bien existe un consenso sobre la existencia de una crisis, las causas y soluciones propuestas varían considerablemente, reflejando las diferentes tradiciones democráticas de cada autor. Se concluye que la crisis de la democracia es multifacética, influenciada por factores como el populismo, el desgaste de las instituciones y la polarización política.

PALABRAS CLAVE: Crisis de la democracia; Definiciones; Indicadores; Diagnósticos; Análisis comparativo.